



Aos Professores, Educadores e Investigadores

No próximo dia 10 de novembro (terça), a CGTP promove uma Concentração junto à Assembleia da República. Será a partir das 15 horas, prolongando-se até ao momento das votações, tanto do programa de governo, como das moções de rejeição desse mesmo governo.

São extremamente importantes as razões que nos levarão a esta Concentração:

- Exigência de **demissão do governo** que não conta com apoio parlamentar maioritário, pois perdeu cerca de 800 000 votos nas eleições e, em resultado, 25 deputados;

- **Rejeição de políticas que bem conhecemos** – que se expressam em medidas como, *municipalização, privatização, eliminação de disciplinas, mega-agrupamentos, condições e horários de trabalho violentíssimos, cortes salariais e de pensões, desemprego e precariedade, requalificação, concursos injustos e, em muitos casos, discricionários, aposentação cada vez mais tardia, cortes na educação especial, sufoco do ensino artístico, subfinanciamento do ensino superior e da ciência...* – e que, a manter-se o governo que as concretizou, de acordo com o seu programa eleitoral, se iriam aprofundar;

- Reafirmação das propostas sindicais, com vista a reparar problemas criados e a garantir um futuro melhor para quem trabalha, o que exige uma **mudança de políticas**.

Todos nos temos apercebido da desorientação em que os anteriores governantes caíram desde que perceberam que serão arredados do poder, na sequência da decisão dos portugueses que votaram maioritariamente nos partidos que, à esquerda, se lhes opunham.

Entretanto, o Presidente da República indigitou um governo sem apoio parlamentar, mas, ainda mais grave, indiciou, no seu discurso, que não indigitaria outro que fosse apoiado por alguns partidos que, na sua estreita banda democrática, não poderão ter acesso ou mesmo dar aval a qualquer solução governativa.

Neste contexto, **esta Concentração, neste dia, junto à Assembleia da República é de elevada importância**, pois a mudança de governo é condição absolutamente necessária para que também possam mudar políticas e, assim, resolver problemas concretos contra os quais também os professores e, em geral, a Educação se têm debatido.

Fica o apelo a uma forte participação dos professores, educadores e investigadores. A justificação de faltas poderá fazer-se ao abrigo da lei sindical (dirigentes e delegados), com o recurso a qualquer forma de justificação de faltas do próprio ou mesmo, caso não haja alternativa, ao abrigo da lei da greve, tendo sido entregue no MEC, para efeitos de eventual justificação de falta, o respetivo pré-aviso.

Reitero o apelo: **Não faltes! Está em causa, dia 10, muito do nosso futuro coletivo.**

Encontramo-nos lá. Um Abraço, Mário Nogueira

